

Divinópolis/MG, 06 de Dezembro de 2018

Bolsonaro quer votar reforma da Previdência no primeiro semestre

Prioridade do futuro presidente é estabelecer idade mínima

Foto: José Cruz/Agência Brasil



POR ALEX RODRIGUES

Repórter da Agência Brasil

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, disse nesta quarta-feira (5) que está confiante em que a reforma da Previdência começará a ser votada no primeiro semestre de 2019. Segundo ele, há a possibilidade de aproveitar parte da proposta encaminhada pelo presidente Michel Temer. A prioridade, de acordo com Bolsonaro, é fixar idade mínima.

“Não adianta apresentarmos uma boa proposta e ela acabar ficando [parada] na Câmara ou no Senado. Este seria o pior dos quadros possíveis. Nosso grande problema, o que mais interessa no primeiro momento, é a idade mínima. Vamos começar com essa ideia e, depois, apresentar outras propostas”, disse Bolsonaro, indicando que pode se reunir com o relator da proposta, o deputado federal reeleito

Arthur Maia (DEM) a fim de convencê-lo de propor a votação da idade mínima.

“A proposta [de Temer] está aí, andando. Conversando com o relator, se pode mover apenas a idade mínima e votá-la logo, sem esperar por todo o trâmite de uma nova proposta via emenda constitucional”, disse o presidente eleito, que foi condecorado com a Medalha do Pacificador com Palma, entregue pelo comandante da força, general Eduardo Villas Boas, no Quartel General da força, em Brasília.

O futuro presidente disse ainda que, se pudesse, aprovaria novas regras para a Previdência já no dia 1º de fevereiro, quando começa a nova legislatura. “Mas temos que respeitar o calendário de tramitação de proposições. Pretendemos, logicamente, aprovar a Reforma da Previdência porque, se não a fizermos, daqui a pouco estaremos na mesma situação que a Grécia esteve há pouco tempo.”

Bolsonaro também revelou que convidará os líderes partidários para discutir a proposta antes de enviá-la à Câmara. Ele reiterou que “não pretende fazer política da forma como era feito antes”. “Posso não saber a fórmula do sucesso, mas a do fracasso é continuarmos fazendo a política de coalizão, de repartir o Poder Executivo com o Parlamento, ao qual respeitamos muito.” Bolsonaro já havia dito que pretende apresentar ao Congresso uma proposta fatida e que a definição de uma idade mínima para aposentadoria será prioridade.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro afirmou também que a reforma tributária em discussão no Congresso Nacional deve ser discutida com Paulo Guedes, confirmado para o Ministério da Economia. Questionado sobre os avanços e perspectivas, ele disse que a pergunta deveria ser feita a Guedes.

“Esta é uma boa pergunta para fazer ao Paulo Guedes. Porque é bastante complexo. Para entender o

emaranhado da nossa legislação [tributária] é preciso ser PHD em Economia”, brincou o presidente eleito antes de voltar a defender a necessidade de flexibilizar as leis trabalhistas.

“Quero mudar o que for possível [na legislação trabalhista]. Temos direitos demais e empregos de menos. Precisamos chegar a um equilíbrio e a reforma aprovada há pouco tempo já deu uma certa tranquilidade para os empregadores”, concluiu o presidente eleito.

Abono salarial a profissionais da educação com recursos do Fundeb é aprovado por Comissão do Senado

Proposta beneficiará todos os servidores que prestam serviços na rede escolar



(Agência Senado) A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira (4) o Projeto de Lei 387/2018 que estende o abono proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a todos os profissionais da educação, inclusive aos que não compõem as carreiras do magistério.

O relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), votou favoravelmente ao projeto, do senador Eduardo Braga (MDB-AM). O relatório foi lido pelo senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) e o projeto ainda será analisado na (CE), em caráter terminativo.

O projeto acrescenta o artigo 22-A à referida Lei 11.494/2007, conhecida como Lei do Fundeb, para determinar que poderá ser pago abono aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública quando não atingido o índice mínimo de 60% dos recursos do fundo destinados a este fim.

A proposta autoriza ainda a utilização dos demais recursos não vinculados à remuneração dos profissionais do magistério para estender o pagamento do abono aos demais profissionais da educação, inclusive aqueles que não compõem a carreira do magistério.

O mérito do projeto, de acordo com o relator, consiste em preencher lacuna na regulamentação do Fundeb, tornando juridicamente embasado o pagamento do abono aos profissionais do magistério, no âmbito de cada ente federado, quando o índice mínimo de 60% do fundo — criado pela Emenda Constitucional 53 — não for atingido.

Além disto, conforme explica o relator, o projeto confere garantia jurídica à decisão de cada ente federado sobre a extensão do abono a todos os profissionais da educação básica pública em efetivo exercício de suas atividades.

Relatório traz panorama das violações de direitos humanos no Brasil



POR CAMILA BOEHM

Repórter da Agência Brasil

O 19º Relatório Direitos Humanos no Brasil foi lançado hoje (5) em São Paulo. O documento, organizado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, apresenta um panorama das violações ocorridas em 2018 e traz dados e análises sobre diferentes áreas de atuação relacionadas aos direitos humanos. O relatório traz artigos que analisam questões como terra, trabalho, justiça, povos indígenas, quilombolas, populações encarceradas e LGBTI, entre outros.

“O relatório é um subsídio para quem quer entender o que está acontecendo no Brasil na área de direitos humanos e que quer resistir, que quer continuar buscando um país mais justo”, disse a jornalista Daniela Stefano, que integra a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A edição analisa como está a aplicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 70 anos em 2018, e da Constituição Federal, no marco dos seus 30 anos.

CERRADO NORDESTINO

Daniela é autora do artigo que está no relatório sobre especulação de terras no cerrado nordestino, em que denuncia impactos econômicos, sociais e ambientais do agronegócio na região, em especial no Piauí. “As plantações de soja geralmente ficam nas partes altas e

as comunidades ficam nas partes baixas. Todo o veneno da parte alta, acaba escorrendo e indo para a terra das comunidades tradicionais. Essa é uma maneira de afetar [os moradores dessa região conhecida como Matopiba]”, disse.

Outro problema local é a grilagem de terras devolutas, que resulta em violência contra as comunidades de camponeses e pequenos produtores. Segundo Stefano, há um trabalho com as comunidades, o Ministério Público e os governos locais para que aquelas pessoas tenham o direito à posse da terra, o que traria mais segurança para sua permanência.

“Eles vivem na terra há séculos e eles nunca tiveram um papel para estar na terra, então uma das maneiras é garantir isso. A lei no Piauí, que é onde a gente mais trabalha, a lei de regularização fundiária foi modificada há um tempo de maneira a tornar muito mais fácil a regularização das terras pelos grandes e com poucas oportunidades para os pequenos regularizarem a terra. O que as próprias comunidades estão fazendo é identificar as possibilidades de mudarem essa lei”, disse Daniela.

HOMENAGEADOS

Durante o lançamento do relatório foram homenageados a vereadora Marielle Franco, assassinada em março deste ano, e o padre José Amaro Lopes de Souza. “No Brasil, direitos humanos é [um assunto] secundário, visto o que fizeram com a minha filha. O lançamento de um livro desse tem uma importância fundamental para que outras pessoas tenham conhecimento e continuem nessa luta, nessa busca por direitos humanos”, disse o pai de Marielle, Antônio da Silva Neto, que recebeu a homenagem.

Silva Neto disse que, apesar da tragédia que acometeu sua família, é um alento saber que muitas pessoas estão dando continuidade à luta de sua filha. “Marielle virou ícone no Brasil e no exterior. Que outras pessoas surjam com essa vontade de lutar pelos direitos humanos, pelas minorias, pelas

periferias, que é pelo que Marielle lutou e foi assassinada”.

Padre José Amaro Lopes de Souza defende os direitos dos povos da floresta e pequenas comunidades em Anapu, no estado do Pará, e trabalhou ao lado da irmã Dorothy Stang por 15 anos, até ela ser assassinada em 2005. Ele ficou preso de março a junho deste ano, após ter sido acusado de diversos crimes.

“Tentaram me matar várias vezes e essa última jogaram pesado, me mataram moralmente”, disse sobre sua prisão. “Eu não sei até quando [vamos continuar lutando], mas a gente não vai parar. Se for para calar como calaram a Dorothy e Marielle e tantos outros, eu consagrei a minha vida não para morrer desse jeito, mas em nome da luta estamos firmes e fortes. E desistir jamais.”

MPF denuncia família de Geddel Vieira Lima por funcionários fantasmas na Câmara

Foto: Polícia Federal



Dinheiro desviado do salário dos assessores parlamentares é parte do que foi encontrado no chamado "bunker do Geddel", diz o MPF

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, denunciou o deputado federal Lúcio Vieira Lima (MDB-BA), o ex-ministro Geddel Vieira Lima, a mãe dos dois políticos, Marluce Vieira Lima e outras cinco pessoas pelo crime de peculato.

O grupo é acusado de se apropriar de recursos públicos destinados ao pagamento de salários de secretários lotados no gabinete do parlamentar. Somados, os valores desviados no caso das nomeações indevidas ultrapassam R\$ 5,2 milhões.

As irregularidades foram identificadas ao longo de outra investigação: a que envolve o chamado “Bunker do Geddel”, apartamento da família em Salvador (BA) que abrigava caixas e malas com um total de R\$ 51 milhões.

Em 2017 os irmãos foram denunciados por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Na época, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou que o dinheiro veio de crimes de corrupção e peculato.

Na denúncia (íntegra) protocolada nesta quarta-feira (5), o MPF vai além e expõe que o dinheiro apreendido veio de crimes distribuídos em três grupos. Desses, dois estão ligados a práticas de corrupção e são alvo de investigação no âmbito das Operações Lava Jato e Cui Bono.

O terceiro grupo é referente a peculato. Segundo o MPF, o crime foi cometido por parte da família Vieira Lima ao confiscar até 80% dos salários dos secretários parlamentares Job Ribeiro Brandão, Valério Sampaio Sousa Júnior, Cláudia Ribeiro Santana, Milene Pena e Paulo Cezar Batista. A denúncia cita haver provas testemunhas e documentais.

FUNCIONÁRIOS FANTASMAS

As investigações mostraram que os “funcionários fantasmas” lotados no gabinete de Lúcio Vieira Lima atuavam para suprir interesses domésticos, pessoais e de negócios da família Vieira Lima. “Outros funcionários moravam em cidades distantes de Salvador e de Brasília e, confessadamente, nunca exerceram qualquer função relacionada à Câmara dos Deputados, órgão que por anos os remunerou”, diz o MPF.

Ao detalhar o crime de peculato, Raquel afirma que, apenas no caso de Job Ribeiro Brandão, foram desviados R\$4,3 milhões ao longo de 27 anos, período em que, mesmo ocupando o cargo de secretário parlamentar, desenvolveu atividades privadas.

A primeira nomeação para a função pública aconteceu em 1989, quando o parlamentar era Afrísio Vieira Lima, o pai de Lúcio e Geddel, que também indicaram o empregado da família para o quadro de servidores

comissionados da Câmara dos Deputados. Ele só foi exonerado em outubro de 2017, depois que as suspeitas de peculato se tornaram públicas.

A PGR detalha ainda que além de Job Brandão, Valério Sampaio Sousa Júnior e Cláudia Ribeiro Santana também foram nomeados como secretários parlamentares sem ter prestado nenhum serviço à Câmara dos Deputados.

DINHEIRO PÚBLICO

O Ministério Público pede que os envolvidos respondam por peculato com pena acrescida pela quantidade de vezes em que o crime foi praticado. Apenas Lúcio praticou o crime de peculato 520 vezes.

Também requereu que os envolvidos sejam obrigados a ressarcir os cofres públicos por danos materiais e que o valor a ser pago seja corrigido monetariamente. Raquel pediu ainda que seja decretada a perda da função pública dos acusados que ocupam cargo ou emprego público ou mandato eletivo.

A denúncia será analisada pelo relator do caso no Supremo Tribunal Federal, o ministro Alexandre de Moraes, já que o deputado tem foro privilegiado.

Lista de denunciados:

Geddel Quadros Vieira Lima
Lúcio Quadros Vieira Lima
Marluce Vieira Lima
Afrísio de Souza Vieira Lima Filho
Valério Sampaio Sousa Júnior
Cláudia Ribeiro Santana
Milene Pena Miranda Santana
Paulo Cezar Batista de Melo e Silva

O SINTRAM INFORMA:

Os cidadãos que precisam solicitar a emissão do título de eleitor, fazer o cadastramento biométrico, atualizar seus dados, pedir transferência ou regularizar qualquer pendência com a Justiça Eleitoral já podem procurar os cartórios. O cadastro eleitoral foi reaberto no mês passado e os cartórios voltaram a oferecer todos os serviços aos eleitores.

Já os eleitores que desejam obter uma certidão de quitação para comprovar que estão em dia com a Justiça Eleitoral já podem, com a reabertura do cadastro eleitoral, conseguir o

documento no site do TSE. Ou, ainda, procurar o cartório eleitoral.

O aviso é importante principalmente para quem tem alguma irregularidade, como, por exemplo, os eleitores que tiveram o título cancelado por não comparecerem ao cadastramento biométrico nos municípios onde a biometria é obrigatória. Em Betim, Contagem, Uberaba e Uberlândia, últimos municípios mineiros a fazerem a revisão biométrica, são mais de 213 mil pessoas nessa situação.